



BRASIL: O ENSINO SUPERIOR ÀS PRIMEIRAS UNIVERSIDADES COLÔNIA – IMPÉRIO – PRIMEIRA REPÚBLICA

Tânia Regina Brocitti Mendonça¹

INTRODUÇÃO: Os espanhóis fundaram universidades em seus territórios na América desde o século XVI. No Brasil, só teve início a criação de instituições de ensino superior a partir dos meados do século XIX. Só no próximo século, em 1920 é que foi criada a Universidade no Brasil.

Em relação aos espanhóis, os portugueses tomaram atitudes diferentes no que se refere à implantação das universidades no Brasil e em terras colonizadas por eles. Encontramos em estudos realizados fatores de relevância que contribuíram para o lento avanço das universidades, desde o período da Colônia até a Primeira República. Demonstrando dentro das questões de ordem política-religiosa, a preocupação de estabelecer um ensino que atendesse aos interesses da elite colonial portuguesa, filhos de portugueses nascidos no Brasil.

OBJETIVOS: Diagnosticar as causas que levaram à tardia implantação das Universidades brasileiras.

METODOLOGIA: Nos primórdios a educação no Brasil esteve a cargo da Companhia de Jesus. Nos colégios jesuítas havia quatro graus de ensino: o curso de artes e o curso de teologia. Foi no seminário de Nossa Senhora da Boa Morte em Mariana no ano de 1750 o último dos cursos superiores criados por jesuítas.

Com a reforma pombalina os jesuítas são expulsos do Brasil desmontando o sistema de ensino implantado até então.

Em 1808 com a vinda da família real para o Brasil inicia-se o Império, e mudanças alteram o setor cultural e político colonial.

¹ Aluna especial no curso de Mestrado em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, Rua Urutau nº 272, Vila Cascata, Arapongas – PR, (43) 3252 2115, maestra_tania@hotmail.com.



O ensino público é estatal e religioso, continuando como o do sistema colonial, favorecendo a elite brasileira. Foi um período de grande resistência à criação da universidade brasileira.

Pela Constituinte a religião católica era a religião do estado. Este fator não significa que o ensino no império fosse secularizado. Depois da independência, formaram-se dois setores, o do ensino estatal (secular) e o ensino particular (religiosos e secular).

No Rio de Janeiro, em 1837, foi criado, o Colégio Pedro II para ministrar o ensino secundário. Era referência na esfera nacional e considerado adequado para seus ex-alunos se matricularem em qualquer curso superior do Império.

Valorizavam-se primeiro os bacharéis de Direito. Em seguida vinham os engenheiros, imprescindíveis para o desenvolvimento dos empreendimentos estatais ou privados relativos aos transporte, à mineração e aos grandes desafios da urbanização que processava, particularmente, particularmente no sudeste do país. Depois a medicina, seus formandos se encontravam no topo do prestígio em matéria de escolaridade.

Foi um período de grande resistência à criação da universidade brasileira.

Na República Velha (1889-1930), se produziram acontecimentos importantes para a vida nacional, o inicio da expansão, se estabeleceu uma política imigratória, se aboliu a escravidão, iniciou-se a organização do trabalho livre e se inaugurou, com a queda do Império, a experiência de um novo regime político.

Apesar da resistência dos positivistas que viam na universidade uma instituição medieval e ligada estritamente a igreja católica e a influência positivista no grupo de oficiais que proclamou a República, foi um fator que contribuiu para o atraso na criação de universidades no Brasil. No período que vai de 1891 a 1910 foram criadas 27 escolas superiores, algumas delas futuras universidades.

Muitas reformas educacionais ocorreram neste período. Em 1911, a Reforma Rivadávia, baseada nas teses positivistas, assegurava autonomia e liberdade de ensino às escolas superiores. Em 1915, a Reforma Carlos Maximiliano reintroduziu o controle já utilizado. A consequência destas reformas é que as instituições, principalmente as



mantidas por poder político regional, assumiam as formas legais mais convenientes. Associou-se a essa questão a defasagem na “tecnologia administrativa”, que não conseguiu se modernizar, continuando a dotar procedimentos tradicionais.

Nenhuma das reformas até 1930 procurou resolver o grande problema desta época que foi a inexistência de escolas preparadoras de formação de professores, quase todos autodidatas ou recrutados do Império. A falta de um corpo de professores de carreira, formados sob orientação uniforme, em escolas de alto nível, é que se podem buscar as origens de muitas das dificuldades em que se esbarravam, na sua execução, os esforços de reorganização do ensino secundário.

Apesar dos esforços e das varias reformas em alguns momentos seguindo os princípios positivistas e em outros momentos deixando de utiliza-los, não se modificou sensivelmente à situação anormal que nos deixara o Império e nos manteve a República, a julgar pelos dados sobre a percentagem de analfabetos que consta em 66,4 em 1872 , à 60,1 em 1920, isto 30 anos após a instituição do regime republicano.

Foi neste período que surgiram os primeiros estabelecimentos de ensino superior do Brasil denominadas universidades. Algumas delas tiveram um curto tempo de duração chamadas passageiras, e as sucedidas foram as universidades que sobreviveram.

Foram criadas entre 1909 à 1912, três universidades consideradas universidades passageiras: Universidade de Manaus, fundada em 1909, sobreviveu onze anos.A Universidade de São Paulo, criada em 19 de novembro de 1911, durou até 1917.E a Universidade do Paraná, fundada em 19 de dezembro de 1912, extinguida antes da reforma de Carlos Maximiliano – 1915.

As duas instituições de ensino superior que implantadas sobreviveram foram: Universidade do Rio de Janeiro, criada em 7 de setembro de 1920 pelo presidente Epitácio Pessoa. Foram 30 tentativas para a sua definitiva criação. E a Universidade de Minas Gerais, criada em 7 de setembro de 1927 pelo presidente do Estado de Minas Gerais, Antonio Carlos de Andrade e seu secretário do interior Francisco Luis da silva Campo, com sede em Belo Horizonte.



CONCLUSÃO: Com interesse de formar sua elite no Brasil Colônia só existiam alguns cursos superiores, em geral literários e retóricos, ligados principalmente à formação de sacerdotes; a maior parte dos jovens completava sua formação na metrópole .

Com a vinda da corte, passaram a se diversificar mais no sentido de formar os profissionais considerados necessários para a elite assumir posições de destaque.

Durante o Império e o início da República, diz respeito ao controle do governo sobre o ensino, escolhiam desde a disciplina até os locais, época e horário em que tudo devia fazer-se. Até mesmo à escolha dos professores “*lentes proprietários*”, depois *catedráticos*, eram rigorosamente escolhidos.

Nos moldes aos quais foram implantadas as instituições de ensino superior se pode observar que não havia em plano para a educação e as instituições foram criadas para atender a uma elite aristocrática.

As universidades foram criadas no inicio do século XX, a partir do agrupamento de escolas já existentes.

Nos primeiros anos de vida universitária, sob a influência de diferentes linhas de pensamento, permite-se que diferentes instituições se constituam de maneira diversificada quanto às finalidades e tipo de ensino.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira.** 5. ed. v. XIII. São Paulo: Melhoramentos / USP, 1894-1975.

BATISTA, Maria Todescan Dias da Silva. **Identidade e Transformação:** O professor na Universidade Brasileira. São Paulo: Unimarco / EDUC, 1997.

CUNHA, Luis Antonio. A Universidade Temporânea: O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas. **Coleção Educação Transformação.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.



ROSSATO, Ricardo. **Universidade:** Nove Séculos de História. Passo Fundo: Edupf, 1998.

SOARES, Maria S. A. (Coord.). **A Educação Superior no Brasil.** CAPES, 2002.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil:** Análise e Interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.